

# O estudante “empresário de si mesmo” do novo ensino médio

Larissa Scotta<sup>1</sup> 

## Resumo

O texto discute a emergência de um modelo de escolarização, no contexto neoliberal conservador brasileiro, que toma o estudante do ensino médio como um “empresário de si mesmo”, capaz de exercer ações para potencializar seu capital humano a partir de um protagonismo e de uma responsabilização na escolha de seu percurso formativo. A partir do referencial teórico dos estudos foucaultianos, a primeira parte aborda desdobramentos da governamentalidade neoliberal no domínio educacional. A segunda parte mobiliza discursos presentes em diretrizes da reforma do ensino médio no estado do Rio Grande do Sul e aponta a projeção de valores e princípios que advêm do *ethos* neoliberal. A terceira parte trata do entrelaçamento entre responsabilização individual e esteio familiar.

**Palavras-chave:** Reforma Ensino Médio; Governamentalidade; Neoliberalismo.

## Abstract

*The “entrepreneur of himself” student of the new high school*

This paper discusses the emergence of a schooling model, in the Brazilian neoliberal conservative context, which considers the high school student as an ‘entrepreneur of himself’ who, in school, exercises strategic actions to enhance his human capital from a protagonist viewpoint whenever choosing his formative path. For this, the perspective of Foucauldian studies was used. The first part of the text addresses the developments of neoliberal governmentality in the educational domain. The second part mobilizes discourses present in guidelines of the high school reform in the State of Rio Grande do Sul, Brazil. There is a discursive regularity that projects in students a leading role and a responsibility that comes from neoliberal values and principles. The third part addresses the relationship between individual accountability and family support

**Keywords:** High school reform; Governmentality; Neoliberalism.

## Resumen

*El estudiante “empresario de sí mismo” de la nueva escuela secundaria*

Este texto discute el surgimiento de un modelo de escolarización, en el contexto neoliberal conservador brasileño, que toma al estudiante de secundaria como un ‘empresario de sí mismo’, capaz de ejercer acciones para potenciar su capital humano desde un rol protagónico y una responsabilidad en la elección de su trayectoria formativa. Tomando como referencia los Estudios Foucaultianos, la primera parte del texto aborda el desdoblamiento de la gubernamentalidad neoliberal en el dominio educativo. La segunda parte moviliza discursos presentes en lineamientos de reforma de la enseñanza secundaria en el Estado de Rio Grande do Sul y apunta un rol responsable que proviene

---

<sup>1</sup> Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

de los valores y principios del ethos neoliberal. La tercera parte apunta a un entrelazamiento entre responsabilidad individual y e apoyo familiar.

**Palabras clave:** Reforma de la Enseñanza Secundaria; Gubernamentalidad; Neoliberalismo.

## Introdução

Este texto discute a emergência de um modelo de escolarização, no atual contexto neoliberal conservador brasileiro, que toma o estudante do ensino médio como um “empresário de si mesmo” (Foucault, 2010), capaz de exercer ações para potencializar seu capital humano a partir de um protagonismo e de uma responsabilização na escolha de seu percurso formativo. Parte-se da compreensão de que a reforma do ensino médio é orientada no sentido de instaurar no âmbito das políticas curriculares pressupostos da governamentalidade neoliberal que funcionam como estratégias governamentais que agem na condução das condutas dos estudantes, orientando-os a assumirem-se enquanto sujeitos diligentes, determinados, flexíveis, capazes de tirar proveito de suas competências e, portanto, de serem integralmente responsabilizados por suas escolhas.

A fim de proceder a esta problematização, o recurso à noção de governamentalidade tal como formulada por Foucault (2023; 2010) constitui-se no aporte teórico-metodológico deste texto, que se apresenta dividido em três seções. A primeira aborda o conceito de governamentalidade e aponta alguns desdobramentos nos domínios da educação instaurados pela governamentalidade neoliberal, chamando atenção para a centralidade ocupada pelos processos de educabilidade e subjetivação dentro da dimensão estratégica do neoliberalismo e para o deslocamento da concepção de educação escolar.

A segunda seção discute a emergência do modelo de escolarização proposto pela reforma do ensino médio e a consequente projeção do estudante como protagonista a partir de “dispositivos de customização curricular” (Silva, 2015). Para tanto, toma-se como objeto de análise as diretrizes orientadoras da reforma no Estado do Rio Grande do Sul, visando atentar para uma regularidade discursiva que projeta a escola e a produção dos saberes a partir da ótica empreendedora que perpassa a governamentalidade neoliberal.

A terceira seção apresenta considerações acerca do deslocamento da responsabilidade do Estado para os indivíduos instaurado pela governamentalidade neoliberal

em sua atual conjuntura de recrudescimento de seu “núcleo moral” (Dardot *et al.*, 2021) e aborda a relação entre responsabilização juvenil e esteio familiar.

A partir da análise realizada, constata-se que a governamentalidade neoliberal tem produzido formas de subjetividade no campo educacional que convertem o estudante em um sujeito moral cujo dever é o de buscar o autoinvestimento constante que lhe permita adentrar no jogo das competitividades, instaurado em quadro cada vez mais drástico de precarização da vida, em que o Estado deixa de garantir a proteção e os direitos sociais e passa também ele a assumir para si e fazer valer a lógica do mercado.

## Governamentalidade neoliberal e educação

A fim de adentrar na discussão sobre a governamentalidade neoliberal, é importante salientar que o conceito de “governamentalidade” formulado por Foucault pode assumir múltiplas formas. O neologismo *governamentalidade* (*gouvernementalité*) foi cunhado por Foucault a partir do elo semântico entre *governo* (*gouverner*) e *modos de pensamento* (*mentalité*) como uma noção metodológica que serviria para operar na “investigação da racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais” (Duarte, 2011, p. 55). Trata-se de um recurso analítico elaborado por Foucault com vistas a discutir o conjunto das instituições e práticas por meio das quais os indivíduos são guiados, isto é, do conjunto de procedimentos, técnicas e métodos que visam à condução desses indivíduos.

Esse termo aparece no contexto de cursos proferidos por Foucault no *Collège de France* enquanto uma lente analítica, um instrumento criado pelo filósofo para poder explicar a si e aos seus ouvintes as transformações percebidas por ele nos dispositivos de saber/poder que vão se estabelecer entre os séculos XVI e XVIII (Noguera-Ramirez, 2011). Na aula de 1º de fevereiro de 1978 do Curso *Segurança, Território, População* (1977-1978), Foucault introduz a noção de governamentalidade, salientando que o título mais apropriado do curso em questão deveria ser “história da governamentalidade” e não como fora nomeado. A partir dessa ressalva, o pesquisador define o que entende por governamentalidade:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os

dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2023, p 146, grifos do autor).

Lockmann (2020, p. 4) sintetiza os três modos de significar esse conceito afirmando que governamentalidade pode ser definida “como a forma de ser do pensamento político, econômico e social de uma época”, como “a linha de força que nos conduziu, em todo o Ocidente, a uma forma de poder que tem como alvo a população e como dispositivo os mecanismos de segurança” e, ainda, como “o ponto de articulação entre o governo dos outros e o governo de si, entre as formas como somos governados e como nos governamos”.

Diante das múltiplas formas de entendimento dessa noção, neste artigo governamentalidade será tomada como uma forma de racionalidade que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado momento histórico e em uma determinada sociedade. Trata-se, assim, de como pensamos a ação de governar, de como determinadas práticas e tecnologias incidem sobre os sujeitos de modo a encaminharem suas escolhas segundo as verdades que são produto e produtoras de uma certa racionalidade.

Quando Foucault (2010) aborda a questão do “governo das condutas”, não está se referindo à instituição “governo”, mas à atividade que consiste em reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumentos de Estado. O termo “governamentalidade”, segundo Dardot e Laval (2016), foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual os homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam governar outros homens.

Para se proceder a uma análise do neoliberalismo e de suas implicações no campo educacional, é preciso reconhecer que, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo, é fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. Trata-se, em resumo, de um conjunto de discursos, práticas

e dispositivos que vão determinar um novo modo de governo dos homens, segundo os princípios da concorrência e da oposição à igualdade.

Longe de significar somente a destruição programada das regulamentações, das instituições e dos direitos, é preciso aceitar que o neoliberalismo também “produz” certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. A racionalidade neoliberal instaura um novo modo de governar os homens que, em vez de reprimi-los, de tolhê-los, busca criar neles as condições para a emergência de um modo de vida próprio em que todas as relações sociais, inclusive as que não pertencem ao domínio próprio da economia, passem a funcionar a partir da lógica concorrencial.

Tal ponto merece atenção, pois essa produção de condições necessárias para a extensão da lógica concorrencial a todas as esferas da vida está intrinsecamente relacionada com processos de educabilidade e de subjetivação, que vão ocupar um lugar central dentro da dimensão estratégica do neoliberalismo. Para o pensamento neoliberal, a livre-iniciativa, o empreendedorismo e a competitividade não seriam características que brotariam quase que espontaneamente nos indivíduos, mas, ao contrário, teriam que ser produzidas e defendidas (Safatle, 2021).

É dentro dessa perspectiva que, desde o início da sua expansão, com os ordoliberais alemães, na década de 1930, o neoliberalismo mirou a escola, a universidade, e isso por várias razões, sendo uma das principais que se tratam de lugares de formação de um certo tipo de subjetividade. A fim de obter êxito no objetivo de “mudar o coração e a alma” dos sujeitos e projetar a lógica empresarial desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade, se faziam necessárias “doses maciças de intervenção e de reeducação” (Safatle, 2021).

Como apontam Dardot e Laval (2016, p. 230),

Daí o trabalho “pedagógico” que se deve fazer para que cada indivíduo se considere detentor de um “capital humano” que ele deve fazer frutificar, daí a instauração de dispositivos que são destinados a “ativar” os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, encontrar um emprego.

Para que haja essa inclinação do indivíduo a se entender enquanto um “gestor de si mesmo”, é preciso que ele internalize desde cedo que a racionalidade econômica é a única possível. Para isso, é preciso considerar que os estudos são, acima de tudo, um investimento que deve produzir uma renda, que deve ser rentável. Cada indivíduo necessita se ver, desde cedo, como um empresário de si mesmo, portanto cada um precisa se considerar um “capital” (Laval, 2019b). É preciso que o

indivíduo receba investimentos a fim de desenvolver suas habilidades, capacidades e aptidões úteis aos processos econômicos, isto é, seu capital humano. Nas palavras de Veiga-Neto (1999, p. 10),

O sujeito ideal do neoliberalismo é aquele, pois, que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente competente para competir melhor fazendo suas próprias escolhas e aquisições. É isso que Becker (1964) quer dizer, na sua Teoria do Capital Humano, quando argumenta que esse sujeito deve desenvolver, ao máximo, sua capacidade de ser o empresário de si mesmo.

Gadelha (2009) chama atenção para os desdobramentos-efeitos dessa forma de governamentalidade neoliberal nos domínios da educação, salientando que a Teoria do Capital Humano enseja uma cultura do empreendedorismo. É preciso que o indivíduo exerça voluntariamente o que se espera dele: a liberdade de realizar suas escolhas e, ao mesmo tempo, ser responsabilizado por elas. Nesse escopo, o fracasso ou o sucesso em uma empreitada dependem, única e exclusivamente, desse empresário de si mesmo, para quem a competitividade torna-se um imperativo. O cidadão investido de uma responsabilidade coletiva, cujo êxito pessoal é visto como contributo para a melhoria da sociedade como um todo dá lugar a um sujeito apartado da ideia do social, para quem suas ações são coordenadas com o fim único de atendimento a interesses pessoais.

É nesse ínterim de delegação ao indivíduo de uma liberdade de escolha e de uma responsabilização que lhe é intrínseca que a escola passa a ser tomada como espaço de construção de capital humano e de antecipação, aos estudantes, do mundo “lá fora”. Uma antecipação que a melhor maneira de preparar competências para atuar em um mundo marcado pelo mercado e pela competição (Veiga-Neto, 1999).

O Brasil encontra-se na vanguarda dessa escola neoliberal. Laval (2019a) afirma que o Brasil chegou antes de diversos países europeus ao estágio do capitalismo escolar e universitário, caracterizado pela intervenção direta e maciça do capital no ensino. De fato, desde que esse modelo econômico começou a se impor no país, a partir dos anos 1990, as políticas voltadas à educação e a própria concepção de escola e de conhecimento têm sido pautadas segundo critérios relativos à dinâmica do mercado.

É no escopo de atendimento à necessidade de investimento em capital humano, reiteradamente mencionados em Relatórios do Banco Mundial dos anos 1990, que diversas reformas educacionais vão ser gestadas no Brasil (Silva, 2022). Tomando a noção de crise política como um norteador para estabelecer a lógica do mercado no

contexto brasileiro, o propósito inicial de tais reformas era o de produzir um deslocamento de uma condição de assistência para uma condição de contribuição ativa do sujeito. Para tanto, se fazia necessário utilizar determinadas estratégias educacionais, de preferência articuladas com o próprio mercado, para que outras formas de subjetivação constituíssem os sujeitos de modo a dirigi-los em favor do mercado (Lopes, 2009). Isso posto, à medida que uma parcela maior da população adquirisse capital humano básico, o crescimento econômico deveria se acelerar. Essa “inclusão” pela educação foi tida como um dos imperativos no contexto neoliberal, pelo menos no período que vai do início dos anos 1990 até meados da década passada, quando a face democrática do neoliberalismo dá lugar à sua face conservadora.

De acordo com Laval (2019b), a ilusória pretensão à universalidade, intencionada pela educação humanista, cedeu lugar a um modelo de formação pautado pela “utilidade”. Se antes o ideal da escola residia na condução dos estudantes à emancipação intelectual, a partir de uma referência de um homem completo, para o qual o trabalho não era a ocupação exclusiva da vida, a escola neoliberal, por sua vez, visa à formação de um indivíduo de quem se espera diferentes competências, flexibilidade, capacidade de autogoverno e responsabilização no exercício de uma “atividade considerada socialmente útil”. Há um deslocamento basilar da concepção de educação: passa-se da predominância dos valores culturais à lógica do valor econômico.

## **O estudante “empresário de si mesmo” do novo ensino médio**

A reforma do ensino médio, que começou a ser colocada em prática no ano de 2022 e fora desencadeada a partir da aprovação da Lei nº 13.415 (2017), é orientada no sentido de instaurar no âmbito das políticas curriculares pressupostos da governamentalidade neoliberal: o protagonismo individual, a lógica da concorrência e o empreendedorismo. O que ela engendra, para além da mudança envolvendo a ampliação da carga horária de 2.400 para 3.000 horas e a reorganização curricular, são novas estratégias de regulação da escolarização condizentes com novas modalidades de governo da vida, consolidadas a partir da liberdade de escolha e da responsabilização do estudante.

Conforme a reestruturação prevista pela Lei nº 13.415 (2017), o Ensino Médio passa a ser composto por um currículo orientado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (Ministério da Educação, 2018a) que abrange 1.800 horas, e por

itinerários formativos a serem escolhidos pelos estudantes, ofertados conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (Ministério da Educação, 2018a), os quais correspondem às demais 1.200 horas. Esses itinerários dizem respeito “ao conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho que os estudantes poderão escolher no ensino médio<sup>2</sup>”, de modo a se aprofundarem nos conhecimentos de uma área específica (matemáticas e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP), ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas, conforme a disponibilidade das instituições de ensino.

Emerge com esse novo modelo curricular a individualização dos processos de seleção dos conhecimentos e/ou disciplinas a serem estudados nas escolas. A instituição escolar deixa de propor um mesmo percurso a ser trilhado por todos os estudantes e passa a delegar a eles a responsabilidade pela construção, planejamento e escolha do que será objeto de investigação, de acordo com os desejos, interesses e objetos de cada um. Os docentes, nessa perspectiva, tornam-se mediadores que guiarão os estudantes em seus percursos individuais de formação.

Esses processos que impingem ao estudante a tarefa de definir seu percurso escolar são chamados por Roberto da Silva (2015) de “dispositivos de customização curricular”. Segundo o autor, a expressão customização assume sentidos de personalização, de diferenciação ou mesmo de adaptação para usos particulares. Customizam-se roupas, veículos, objetos domésticos. Em última instância, “customiza-se a si mesmo”. Sob esse ângulo, estamos diante de uma tecnologia pedagógica individualizante que traça como horizonte formativo as possibilidades de diferenciação do indivíduo:

Construa seu próprio percurso, defina seu projeto de vida, seja protagonista, busque seus diferenciais, seja sua própria marca, invista em seus conhecimentos, seja sua melhor versão! Não é difícil constatar que se trata de um novo tipo de investimento formativo na educação de nossos adolescentes e jovens (Silva, 2015, *on-line*).

A alusão ao protagonismo dos estudantes aparece tanto na BNCC quanto na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) nº 3/2018 (Ministério da Educação, 2018b), que atualiza as Diretrizes

---

<sup>2</sup> Fonte: Novo Ensino Médio: perguntas e respostas. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 4 ago. 2022.

Curriculares Nacionais para o ensino médio. Há uma regularidade discursiva no sentido de atrelar ao estudante um papel “ativo” em sua formação, fazendo recair a responsabilidade da aprendizagem sobre ele. O Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCGEM), aprovado em outubro de 2021 e referência obrigatória para a elaboração dos currículos das instituições integrantes dos sistemas estadual e municipais de ensino do Rio Grande do Sul, cita mais de 90 vezes os termos “protagonismo” e “protagonista”, acentuando uma concepção de indivíduo que deve gerir a si mesmo em um processo de autodisciplina e autoaprendizagem permanentes.

Em diferentes momentos do texto do RCGEM, também é exaltada a “autonomia” do estudante, que assim como os demais termos aludidos, funciona como elemento estruturante dessa pedagogia não diretiva e flexível. É nesse sentido que o Referencial menciona, por exemplo, se fazer “mister que o estudante protagonize a própria aprendizagem com base em itinerários formativos, visando assim à inserção em determinada área em que deseje seguir carreira” (Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2021, p. 86).

Outro dos dispositivos de “customização curricular” previsto na reforma do ensino médio é o Projeto de Vida. Segundo previsto no § 7º do artigo 3º da Lei nº 13.415 (2017), “Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do estudante, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu Projeto de Vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017). Trata-se de um componente que visa estabelecer uma “ponte” entre os conhecimentos a serem adquiridos ao longo do ensino médio e as perspectivas do estudante para o seu futuro, a partir de uma formação teórica e prática que alie o “conhecimento às vivências reais, aproximando os estudantes do mundo real e facilitando suas escolhas” (Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2021, p. 60).

Cabe ao estudante, com o auxílio dos professores, exercer ações estratégicas para projetar suas escolhas futuras, de modo a potencializar o seu capital humano adquirindo as habilidades necessárias para gerir a si mesmo e aos riscos de se viver em uma sociedade cada vez mais competitiva e em contínua transformação. Nessa ótica, o RCGEM traz a previsão da abordagem do Projeto de Vida em três dimensões, conforme perspectiva da BNCC: pessoal, social e profissional.

Na dimensão pessoal, o estudante deve trabalhar o autoconhecimento, de modo a se reconhecer como sujeito e a fortalecer sua autoestima e as habilidades

fundamentais para o desenvolvimento pessoal. A dimensão social envolve as relações interpessoais e encaminha os estudantes para a resolução de problemas visando aprimorar o senso de responsabilidade. A dimensão profissional visa construir um perfil profissional do estudante. Entre as sugestões de temáticas e competências a serem trabalhadas, estão: inteligência emocional, autoconhecimento, autocuidado, autoconfiança e autoeficácia, competências e habilidades pessoais, empreendedorismo, elaboração e gestão de projetos pessoais e profissionais (Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2021).

Diante dessas novas estratégias de regulação da escolarização proporcionadas pela reforma do ensino médio, se a partilha do *ethos* neoliberal depende, necessariamente, de que todos sejam educados em sintonia com os ditames neoliberais, o currículo vai ser percebido como “o grande operador dos códigos de verificação, permissões e interdições, do que é pensável e dizível, aceitável e suportável” (Veiga-Neto, 2018, p. 42). Isso explica o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao perfil profissional interposto pelo itinerário escolhido, e não mais o aprendizado de um conjunto de saberes relativos à ciência, à arte, à cultura e à tecnologia, por exemplo. Explica, também, o desprestígio das ciências humanas, estas últimas menos propensas, por exemplo, ao desenvolvimento de “habilidades socioemocionais para a resolução de problemas”, um dos objetivos propostos no RCGEM, e mais voltadas para o desenvolvimento da capacidade de análise, interpretação e sistematização da realidade social.

É dentro dessa perspectiva que o Estado do Rio Grande do Sul aprovou, ainda em 2006, a Política Estadual de Empreendedorismo, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio do Estado. Esse documento foi alterado pela Lei nº. 15.410/2019 (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2019), a qual estabelece, no §2º do artigo 1º, que deve ocorrer a “internalização de comportamento e atitude empreendedoras” em estudantes e professores. Entre as práticas empreendedoras a serem desenvolvidas, são citadas no §3º do artigo 1º da Lei 15.410/2019,

[...] iniciativas ou experiências educacionais que acontecem dentro e fora da sala de aula e que têm como objetivos inspirar e proporcionar oportunidades para os estudantes se envolverem com o empreendedorismo, como disciplinas, técnicas de ensino, materiais didáticos, pesquisas, projetos interdisciplinares, eventos culturais, feiras, programas de tutoria e mentoria (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2019).

Acerca dessa introjeção da racionalidade neoliberal nas escolas, Veiga-Neto (2018, p. 42) salienta que “a equação educação – introjeção – neoliberalismo explica

o motivo de várias empresas e corporações privadas promoverem e sustentarem vultosos projetos educacionais”. A aproximação entre diversas entidades privadas e a Secretaria Estadual de Educação (Seduc), sobretudo nos últimos anos, denota o desenvolvimento de uma política que visa instaurar a internalização de comportamentos e atitudes empreendedoras nas escolas. Exemplo são as parcerias com a Fundação Lemann e os institutos Ayrton Senna e Iungo.

No ano de 2022, a Seduc estabeleceu outra parceria, desta vez com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Estado e a organização não governamental (ONG) Embaixadores da Educação, para a realização, em Porto Alegre, do evento chamado “Crie o impossível”<sup>3</sup>, voltado para estudantes do ensino médio da rede pública de ensino. Este é definido, em seu site oficial, como sendo “um evento de impacto inspiracional com o objetivo de despertar sonhos, abrir perspectivas e trazer referências positivas para estudantes de escolas públicas brasileiras”<sup>4</sup>. Com o propósito de fomentar uma educação empreendedora por meio de uma estratégia de inspiração em carreiras de sucesso, o evento realizado no Estádio Beira-Rio teve a participação de diversos nomes conhecidos do público jovem, que compartilharam suas trajetórias envolvendo a superação de dificuldades e o alcance do sucesso profissional.

Dentro de uma lógica de empresariamento da sociedade, o “Crie o impossível” se coloca como um evento que busca servir como um referencial para a construção dos projetos de vida dos estudantes, em consonância com o proposto pela BNCC e a reforma do ensino médio. Ocorre, assim, um investimento sobre as subjetividades desses estudantes, de modo a fortalecer as dimensões do individualismo, da realização pessoal e da competitividade. Opera-se, assim, a partir de uma estratégia biopolítica, uma intervenção sobre as formas cognitivas e o campo das emoções dos estudantes. Em tais condições, as diferenças individuais são potencializadas e valorizadas permanentemente (Silva, 2017).

A partir da análise das diretrizes que orientaram a reforma do ensino médio no estado do Rio Grande do Sul, bem como das parcerias estabelecidas entre a Seduc e institutos privados, percebe-se uma regularidade no discurso produzido acerca do estudante que se quer formar. Há uma referência constante nos textos legais a uma composição de currículos escolares ajustáveis aos perfis dos estudantes e à projeção destes

---

<sup>3</sup> Site do evento: <https://www.crieoimpossivel.com.br/>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.crieoimpossivel.com.br/>. Acesso em 23 ago. 2022.

como “gerenciadores” daquilo que deverão aprender na escola, de modo a dotá-los de um protagonismo responsabilizado. Trata-se, pois, de práticas entendidas aqui como investimentos e ações sobre os estudantes que visam programá-los e controlá-los em suas formas de sentir, de pensar, de compreenderem a si mesmos e à vida que levam e o mundo em que vivem, por meio de determinados processos e políticas de subjetivação mobilizados pela racionalidade neoliberal, que estende os princípios econômicos a todas as instâncias da vida.

O empresariamento dos estudantes, que irrompe discursivamente nos documentos norteadores da reforma do ensino médio, aparece como uma prática que visa determinar um novo modelo de escolarização pautado pela responsabilização e pela atribuição de um protagonismo estudantil. Seguindo os pressupostos da governamentalidade neoliberal, é preciso introjetar desde cedo a racionalidade econômica como a única possível, a fim de que esse indivíduo adquira condições de adentrar no jogo das competividades.

### **Responsabilização individual, precarização e esteio familiar**

Dentre as questões que emergem desse cenário de “empresariamento” dos estudantes, uma diz respeito à conversão desse indivíduo em um sujeito moral, a quem é delegada a “liberdade para escolher” e, justamente em razão disso, precisa ser integralmente responsabilizado pelas escolhas que fizer. Ao estudante é incumbida a tarefa de definir as estratégias a serem seguidas para a valorização de seu capital humano, sob o risco constante de falhar, de ser incapaz de sobreviver na “sociedade do risco”. Há nesse processo um modo de constituir um comportamento empreendedor responsável e resolutivo do indivíduo que não lhe permite questionar sobre os limites de seus investimentos em capital humano e sobre o quanto outras variáveis também determinarão seu futuro. Ao se lançar no mundo competitivo do trabalho, em caso de fracasso, esse indivíduo da racionalidade neoliberal não vai culpar o Estado ou as “contradições” do capitalismo, mas sim a sua própria falta de habilidades de autogestão.

Brown (2018) sublinha que, se tomarmos essa responsabilização sob a ótica da nação, veremos que esse indivíduo se coloca como um cidadão que não reivindica proteção contra recessões diminuidoras de postos de trabalhos, crises de crédito e apetites do capitalismo por terceirização. Ele também aceita a intensificação das desigualdades no neoliberalismo como básicas para a saúde do capitalismo – o que engloba os

salários abaixo da linha da pobreza de muitos, e também o acesso reduzido dos pobres e da classe média a bens anteriormente públicos e agora privatizados. A culpabilização diante do desemprego, por exemplo, recairá integralmente sobre o indivíduo, e não sobre o sistema neoliberal. Não cabe a ele indagar o recuo do Estado e a precarização a que passa a ser cada vez mais submetido, mas sim lançar-se, de “corpo e alma”, no jogo concorrencial do mercado.

Convertido discursiva e eticamente naquele cujo dever moral é buscar o auto investimento perspicaz e estratégicas empreendedoras de autocuidado (Brown, 2018), o indivíduo passa a ser solicitado como ator completamente imputável pelo desenvolvimento de seu capital humano e, em última instância, pelo “cuidado da vida”. Essa autossuficiência do indivíduo, não obstante, passa a ser cada vez mais inviabilizada pela própria configuração do projeto neoliberal, que para concretizar a competitividade de todos contra todos em um mundo cada vez mais precarizado, investe em práticas, em técnicas que produzem a insegurança e o medo pelo fracasso.

Desde o princípio, o neoliberalismo se encontra assentado em uma espécie de economia de valorização de si, onde o que realmente importa é aquilo que o indivíduo promete em performance futura. Ocorre, e este é um ponto fundamental, que entre o momento em que a Teoria do Capital Humano foi elaborada, na década de 1960, e o presente, em que é adotada pelas grandes instituições mundiais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, União Europeia etc.), seu alvo se deslocou sensivelmente.

Assiste-se, hoje, a uma radicalização do processo de responsabilização dos indivíduos e uma exposição ainda maior destes à precarização. Os riscos sociais que antes podiam ser assumidos de forma coletiva agora recaem exclusivamente sobre os indivíduos, cada vez mais governados pelo crédito e endividamento. Essa radicalização encontra ancoragem na atual face conservadora do neoliberalismo, que se intensificou a partir de meados da década passada, com a aprovação do Brexit<sup>5</sup>, a eleição de Donald Trump e de Jair Bolsonaro, bem como com a ascensão de governos e partidos de extrema-direita na Europa e América Latina.

---

<sup>5</sup> Brexit é a junção das palavras em inglês *British* e *exit* e significa *saída britânica*. O termo é usado para se referir à saída do Reino Unido da União Europeia (UE). A pauta teve origem em grupos de direita da Inglaterra inicialmente minoritários e ganhou força ao longo dos anos 2010. A discussão sobre o Brexit avançou em 2016, após a proposta ser aprovada em referendo com 52% de votos favoráveis dos britânicos. A saída iniciou em 30 de janeiro de 2020 e efetivou-se em 1 de janeiro de 2021, após período transitório.

Nesse contexto, intensifica-se o desmantelamento dos direitos dos trabalhadores e das proteções sociais, pois o Estado passa a ser cada vez mais “um “Estado forte” para com os fracos (os despossuídos) e fraco para com os fortes (os proprietários)” (Lazzarato, 2019, p. 32). Com isso, a própria ideia de construção do capital humano passa a ser ressignificada. Com o Estado organizando e gerindo “serviços mínimos” para a população e adotando políticas de austeridade, como as reformas da previdência e trabalhista, realizadas nos últimos anos no Brasil, não se trata, apenas, de escolhas (educacionais, de saúde, pessoais etc.) deliberadas que os indivíduos têm de realizar para valorizarem a si mesmos e adentrarem no jogo competitivo do mercado, mas também de uma capacidade de gerenciamento da vida diante da precarização a que a sociedade está cada vez mais submetida.

Ainda que o modelo de assalariado “clássico” continue a ser hegemônico, um novo formato, o do trabalhador flexível e que não se beneficia de proteções sociais e jurídicas, tem irrompido com acentuada rapidez no cenário global. Qualificado com diversas expressões, como uberização ou capitalismo de plataforma, esse fenômeno está vinculado a novas formas de trabalho precário ou quase gratuito. Considerando que só há fracassos individuais e não causas sociais para tal, cabe ao indivíduo “jogar o jogo do empresário de si” e “aceitar voluntariamente” a condição do precariado (Dardot *et al.*, 2021). Funcionando como uma “força negativa”, como “um polo de repulsão do qual todos querem se afastar, mesmo sem saber”, o precariado atua como um estimulador de competição (Veiga-Neto, 2018), colocando todos contra todos. O empresariamento de si, assim, passa ser entendido como uma estratégia de autocuidado e autopreservação que visa à sobrevivência do indivíduo, muito mais que como uma ação deliberada por parte dele em busca de sucesso e crescimento profissional.

Diante desse complexo cenário, o modelo de escolarização proposto pela reforma do ensino médio, dentro de uma ética da autorresponsabilização que trata as questões sociais apenas no nível individual, conduz os estudantes a uma busca constante para fazerem valer, dentro da lógica do “todos contra todos”, suas qualidades, seus diferenciais, aquilo que faria desse sujeito alguém merecedor de reconhecimento e aceitação no mundo do trabalho. Ainda assim, nada garante que esse jovem, a quem é subtraída a possibilidade de uma formação humana que lhe dê condições reais para adentrar na lógica concorrencial, consiga atender às demandas de uma sociedade do risco e do rendimento.

Nesse escopo, quando o Estado deixa de garantir a proteção e os direitos sociais e encaminha os jovens ao desemprego a longo prazo, à pauperização, ao sofrimento psíquico, ocasionados em razão da própria organização do sistema neoliberal, que parece necessitar, cada vez mais, de uma reserva de inúteis ou redundantes que garante a vitalidade do sistema e o jogo das normalizações (Silva, 2022), é a família que vai funcionar como um sistema de proteção social básico do indivíduo.

Margareth Thatcher, na década de 1980, já havia sinalizado para esse deslocamento dos “laços impessoais” da seguridade social aos “laços familiares”, quando afirmara, durante entrevista ao jornalista Douglas Keay, da Revista *Woman’s Own*, que “Não existe isso de sociedade. Existem apenas homens e mulheres individuais e existem famílias<sup>6</sup>” (Thatcher, 1987). Cooper (2022) é enfática ao pontuar que, dentro da governamentalidade neoliberal, as obrigações “naturais” da família devem servir como um substituto para o estado de bem-estar. Se o Estado provedor passa a ser destituído, é preciso que uma outra instituição cumpra a função de servir de contrapeso às *liberdades* do mercado. Na arte neoliberal de governo das condutas, é a instituição familiar, pois, que vai ser acionada como um dispositivo que funcionará como um tipo de contrato de seguro mútuo primitivo (Cooper, 2022) que vai garantir ao indivíduo poder se lançar no jogo concorrencial.

Não é por outra razão que o ministro da economia Paulo Guedes, discípulo da Escola de Chicago, ao se referir aos temas do desemprego e da previdência entrevista ao Programa Central GloboNews, no ano de 2019, buscou reforçar os “laços familiares” como necessários ao funcionamento da economia de livre mercado promovida pelo governo Bolsonaro:

O que eu falo para o jovem brasileiro é o seguinte: chega para seu pai e peça para ele fazer um sacrifício, ser responsável financeiramente [...] em vez de te condenar ao desemprego”. Sabe por que você está desempregado, jovem? Porque para empregar uma pessoa, você tem que desempregar outra. Porque os custos trabalhistas são muito altos [...] (2019).

Dentre as diversas análises que tal declaração suscita, cabe fazer referência, aqui, ao papel de sustentáculo da economia capitalista funcional delegado à família. Compete ao pai, no exemplo em questão, o sacrifício moralizado de garantir o sustento do filho e, ao mesmo tempo, a sobrevivência do todo (a economia do país). Se o sistema neoliberal não permite a criação de empregos para todos os jovens

<sup>6</sup> Texto original: “*There is no such thing! There are individual men and women and there are families (...)*”.

recém-formados, não é o Estado quem vai proteger esse indivíduo, mas sim a instituição familiar, a partir de uma relação de autocuidado, apoio mútuo e dívida intergeracional (Cooper, 2022).

## Conclusões

O modelo curricular proposto para o novo ensino médio estabelece estratégias de regulação da escolarização juvenil que apontam para novas modalidades de governo da vida dos estudantes, em consonância com os pressupostos neoliberais. A autonomia delegada ao estudante e a consequente responsabilização por suas escolhas, reforçadas textualmente nas diretrizes orientadoras da reforma do ensino médio, colocam-no no “centro” da vida escolar, tornando-o protagonista em sua trajetória de aprendizado. Ao mesmo tempo, mobilizam esse sujeito como o único responsável pelas ações a serem empreendidas a fim de potencializar seu capital humano visando o sucesso no mundo “lá fora”.

Ao pautar a educação a partir dos critérios do mercado, a governamentalidade neoliberal encaminha a instituição escolar e os estudantes a se conformarem à lógica da concorrência, à supremacia do indivíduo em detrimento do social. Se cada estudante constrói seu percurso formativo a partir de seu projeto de vida, pouco resta na escola para o compartilhamento do comum, das práticas coletivas que apontam para além do desenvolvimento solitário de habilidades, capacidades e aptidões úteis aos processos econômicos.

Convertido em um sujeito moral, responsabilizado já desde o primeiro ano do ensino médio para definir um projeto para a sua vida condizente com o que “o mercado” espera dele, cabe a esse estudante aceitar para si o peso da redução das funções do Estado a que é submetido e performatizar enquanto um “empresário de si” a partir dos princípios, códigos e condutas que advém do *ethos* empresarial. Quando lançado no jogo cada vez mais perverso das competitividades do mercado, se fracassar, é no seio familiar que esse jovem deverá buscar amparo, pois o Estado, também ele guiado pela lógica do mercado, limita-se a assegurar uma cobertura mínima dos riscos sociais, a despeito da precarização a que a população é cada vez mais submetida. Gerir a sobrevivência dos indivíduos, nesse escopo, torna-se uma demanda solicitada à família, também ela subjetivada a partir dos critérios econômicos e disposta a fazer valer seu protagonismo dentro da ordem social.

## Referências

- Brown, W. (2018). *Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie.
- Cooper, M. (2022). *Los valores de la familia: entre el neoliberalismo y el nuevo social-conservadurismo*. Madrid: Traficantes de Sueños. Recuperado em 10 de maio de 2022 de: <https://traficantes.net/libros/los-valores-de-la-familia>
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dardot, P., Guéguen, H., Laval, C., & Sauvêtre, P. (2021). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: Elefante.
- Duarte, A. (2011). Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do estado moderno. In G. Castelo Branco, & A. Veiga-Neto (Org.), *Foucault: filosofia & política*, pp. 53-69. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (2010). *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa: 70.
- Foucault, M. (2023). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977- 1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gadelha, S. S. (2009). Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Revista Educação & Realidade*, 34(2), 171-186.
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Lei n. 15.410, de 19 de dezembro de 2019. Altera a lei que institui política estadual de empreendedorismo, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio do estado do Rio Grande do Sul. *Diário Oficial do Estado*.
- Guedes, P. (2019, abril). Entrevista com Paulo Guedes: o futuro da economia nas mãos de Paulo Guedes. *Globonews*. Recuperado em 10 de agosto de 2022 de: <https://canais-globo.globo.com/assistir/globonews/central-globonews/v/7549137/>
- Laval, C. (2019a). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo.
- Laval, C. (2019b). O ataque estratégico do neoliberalismo à educação. *Blog da Boitempo*. Recuperado em 1 julho 2022 de: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/30/o-ataque-estrategico-doneoliberalismo-a-educacao/>

Lazzarato, M. (2019). *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1.

Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*.

Lopes, M. C. (2009). Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação e Realidade*, 34(2), 153-170.

Lockmann, K. (2020). Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. *Práxis Educativa*, 15, 1-18. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15408.061>

Ministério da Educação. (2018a). *Base nacional comum curricular*. Brasília: o autor. Recuperado em 10 de agosto de 2022 de: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Ministério da Educação. Resolução CNE n. 3, de 21 de novembro de 2018b. Atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. *Diário Oficial União*.

Noguera-Ramírez, C. E. (2011). A governamentalidade nos cursos do professor Foucault. In G. Castelo Branco, & A. Veiga-Neto (Org.), *Foucault: filosofia & política*, pp. 71-80. Belo Horizonte: Autêntica.

Quintela, D. F. (2020). *A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da “família”*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo, SP, 44. p. 1-25.

Safatle, V. (2021). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In V. Safatle, N. Silva Junior, & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.

Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Resolução CEEEd n. 361, de 20 de outubro de 2021. Institui o referencial curricular gaúcho para o ensino médio – RCGEM, etapa final da educação básica e suas modalidades, como referência obrigatória para elaboração dos currículos das instituições integrantes dos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, nos termos do Parecer CEEEd n. 003/2021. *Diário Oficial do Estado*.

Silva, M. L. (2022). Educação e inclusão no contexto do “neoliberalismo conservador” no Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 13(27), 149-166. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i27.13530>

Silva, R. R. D. (2015). Customização curricular na escola dos jovens? *Pensar a Educação em Pauta*, 3(104).

Silva, R. R. D. (2017). Emocionalização, algoritmização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? *Currículo sem Fronteiras*, 17(3), 699-717,

Thatcher, M. (1987). *Interview for woman's own* (“no such thing as society”). London: Margaret Thatcher Foundation. Recuperado em 21 agosto 2022 de: <https://www.margaretthatcher.org/document/106689>

Veiga-Neto, A. (1999). *Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades*. Recuperado em 2 de agosto de 2022 em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm>

Veiga-Neto, A. (2018). Neoliberalismo e educação: os desafios do precariado. In H. Resende (Org.), *Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação*. São Paulo: Intermeios.

**Submetido em:** novembro de 2022

**Aceito em:** setembro de 2023

---

## Sobre a autora

### Larissa Scotta

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/UNISC Identidade e Diferença na Educação e do Observatório de Educação e Biopolítica (OEBIO).

E-mail: [lariscotta@yahoo.com.br](mailto:lariscotta@yahoo.com.br)